A Criação do Colégio Universitário da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (1964-1965) : entre o superior e o agrotécnico

Joana D'Arc Germano Hollerbach[1]

O presente trabalho tem por objetivo discutir o processo de decisão sobre a criação do Colégio Universitário na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), entre 1964 e 1965. Os colégios universitários foram criados pela Lei 4.024/1961, artigo 79, § 3º, e tinham por objetivo preparar os jovens estudantes do ensino secundário para o acesso aos cursos superiores. Tratava-se da oferta de apenas o terceiro ano do ciclo colegial, pela universidades brasileiras. Foram localizados na pesquisa seis colégios universitários, criados no período em que o artigo 79 ficou em vigor, até sua revogação em 1969. Na UREMG (atualmente UFV) a possibilidade de criação do Colégio Universitário, levada à discussão no conselho superior em 1964, trouxe um questionamento: manter ou não o curso Agrotécnico, criar ou não o Colégio Universitário. O curso agrotécnico formava técnicos em agropecuária no nível médio e demandava recursos do escasso financiamento público da Universidade, à época vinculada ao governo do estado de Minas Gerais (a federalização ocorreu em 1969). O debate estabelecido nas instâncias superiores da UREMG nos aproxima da atual polêmica que se estabelece no Brasil envolvendo as mudanças trazidas pela reforma do ensino médio, os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional 95/2016 (que limita os gastos públicos primários) e o sentido do ensino médio. Tal debate não representa novas problemáticas para a educação brasileira e o caso da UREMG nos exemplifica isso. O baixo financiamento, a dúvida sobre o caráter da formação do jovem no ensino secundário e a necessidade de atendimento às demandas do capital marcam esse campo de disputa. A pesquisa histórica, realizada a partir da consulta a documentos disponíveis no Arquivo Histórico da Universidade Federa de Viçosa nos mostra que o debate que se estabelece atualmente sobre os rumos do ensino médio está presente há muito entre nós. À época da criação do Colégio Universitário a defesa da manutenção do curso agrotécnico foi vencida pelo argumento da falta de recursos e pela ineficiência do curso técnico em manter os jovens afastados da disputa acirrada pelas poucas vagas do ensino superior. A análise, mediada pelo materialismo histórico dialético, nos indica a manutenção da disputa entre capital e trabalho na definição de um modelo de formação para o jovem brasileiro, ontem e hoje. A contradição presente historicamente nas políticas públicas para o ensino secundário no Brasil ainda permanece: temos que formar o jovem para o trabalho mas não queremos formar nem muitos nem amplamente. A histórica exclusão dos jovens mais pobres é confirmada a cada novo documento, e renovada a cada nova proposta de mudança.

1 Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais